



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA-CCEN
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

JONILDA ALVES BEZERRA

DESENVOLVIMENTO E DEGRADAÇÃO NA ALDEIA COQUEIRINHO,
MARCAÇÃO/PB

JOÃO PESSOA, PB
2018

JONILDA ALVES BEZERRA

DESENVOLVIMENTO E DEGRADAÇÃO NA ALDEIA COQUEIRINHO,
MARCAÇÃO/PB

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção ao título de Bacharel em Geografia, sob a orientação da professora Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.

JOÃO PESSOA, PB
2018

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B574d Bezera, Jonilda Alves.

Desenvolvimento e degradação na Aldeia Coqueirinho
Marcação/PB / Jonilda Alves Bezera. - João Pessoa,
2018.

50 f. : il.

Orientação: Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN.

1. Degradação. I. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.
II. Título.

UFPB/CCEN



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Resolução N.04/2016/CCG/CCEN/UFPB

PARECER DO TCC

Tendo em vista que o aluno (a)

JONILDA ALVES BEZERA

(X) cumpriu () não cumpriu os itens da avaliação do TCC previstos no artigo 25º da Resolução N. 04/2016/CCG/CCEN/UFPB somos de parecer (X) favorável () desfavorável à aprovação do TCC intitulado:

DESENVOLVIMENTO E DEGRADACAO NA ALDEIA

COQUEIRINHO, MARACÃO / PB

Parecer:

A banca examinadora destacou a qualidade do texto e do trabalho apresentado e fez as seguintes sugestões:

Revisão das normas da ABNT

gramatical.

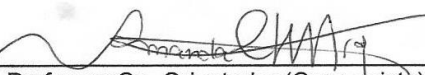
Recomendação da sequência do texto conforme orientação da banca.

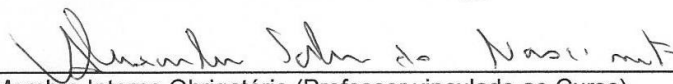
Nota final obtida: 8,5

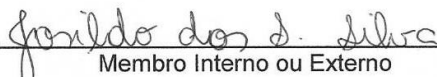
João Pessoa, 07 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:


Professor Orientador


Professor Co- Orientador (Caso exista)


Membro Interno Obrigatório (Professor vinculado ao Curso)


Membro Interno ou Externo

“A natureza pode suprir todas as necessidades do homem, menos a sua ganância”.

Mahatma Gardhi

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para a realização da minha formação, em especial à Deus pois, sem a fé que tenho nele jamais conseguiria ter forças para seguir em frente, aos meus pais, que por muitas vezes me acordava às 4:40 da manhã para não perder o ônibus e ficavam acordados até eu retornar à noite às 00:15.

Agradeço aos meus filhos, por quem eu tenho muito amor e me mantive firme e forte para dar bons exemplos de como não é fácil realizar os nossos sonhos, mas que não é possível.

Agradeço aos amigos que fiz dentro da instituição, pois eles foram uma mão na roda para mim quando eu mais precisei, em especial a minha orientadora Prof^a. Dr^a Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e co-orientadora Prof^a Dr^a Amanda Christinne Nascimento Marques e ao colega de curso Josildo dos Santos Silva.

RESUMO

A ocupação em regiões litorâneas tem transformado o espaço natural em atividades e atrativos turísticos, gerando especulação imobiliária e a exploração da carcinicultura (cultivo de camarão em cativeiro). O objetivo dos empreendedores é o de aproveitar ao máximo as condições oferecidas sem o devido cuidado com as condições físicas locais que inevitavelmente serão afetadas. Os processos naturais e antrópicos aliados ao uso e ocupação do solo por atividades desenvolvidas irregularmente têm acelerado gradativamente os processos erosivos e com isso a degradação do espaço em estudo. O trabalho teve como objetivo geral analisar o uso e ocupação do solo advindas de atividades como a carcinicultura e o turismo na Aldeia Coqueirinho, pertencente ao município de Marcação. O trabalho teve como fonte de pesquisa exploratória e secundária com entrevistas semiestruturadas. O recorte temporal foi do período de 2007 a 2017, período que intensificou a degradação na comunidade causada pelo uso e ocupação do solo provocado especialmente pelas transformações sócio espaciais advindas de atividades turísticas e socioeconômicas, do ponto de vista metodológico, foram entrevistados 11 idosos com a idade entre 55 a 71 anos, que residem na comunidade desde a infância e outros por ser um lugar tranquilo e por ter muita fartura. Os retratados idosos que foram entrevistados se destacam por serem lugares lugar de paz e fé: a praia como espaço de contemplação da natureza, a igreja como espaço do exercício da fé e as suas casas como o refúgio para o descanso. A análise da área demonstra a necessidade de implantação de medidas técnicas que promovam a conservação da paisagem. A construção desordenada de casas, bares, restaurantes e pousadas provocou danos socioeconômicos e paisagísticos. A infraestrutura civil, construídas sem respeitar a legislação ambiental vigente contribuiu com a degradação ambiental da comunidade Coqueirinho. Somente a intervenção de instituições ambientais responsáveis poderá evitar o desequilíbrio ecológico minimizando esse processo de devastação.

Palavras chaves: especulação imobiliária, degradação, uso e ocupação do solo e desenvolvimento turístico, Aldeia Coqueirinho.

ABSTRACT

The occupation in coastal regions has transformed the natural space into activities and tourist attractions, generating real estate speculation and the exploitation of shrimp farming (shrimp farming in captivity). Unfortunately, the goal of entrepreneurs is to make the most of the conditions offered without due care to the local physical conditions that will inevitably be affected. The natural and anthropic processes associated to the use and occupation of the soil by irregularly developed activities have gradually accelerated the erosive processes and with that the degradation of the space under study. The objective of this work was to analyze the damages that led to the degradation caused by the use and occupation of the soil caused especially by socio spatial transformations resulting from activities such as shrimp farming and tourism in Aldeia Coqueirinho, belonging to the municipality of Maracation from 2007 to 2017. From the methodological point of view, we interviewed 11 elderly people aged 55 to 71 years, who lived in the community since childhood and others because it is a quiet place and because it is very abundant. The places that portray the cohabitation of the elderly who were interviewed stand out for being places of peace and faith: the beach as a space for contemplation of nature, the church as a place of faith exercise and their houses as a refuge for rest. The analysis of the area demonstrates the need to implement technical measures that promote landscape conservation. The disorderly construction of houses, bars, restaurants and inns caused socioeconomic and landscape damage. The civil infrastructure, built without respecting the current environmental legislation contributed to the environmental degradation of the Coqueirinho community. Only the intervention of responsible environmental institutions can avoid the ecological imbalance minimizing this process of devastation.

Key words: real estate speculation, land degradation, land occupation and tourism development.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Caracterização da área de pesquisa	13
Figura 2 - Igreja.....	14
Figura 3 - Cemitério.	15
Figura 4 - Procissão.....	17
Figura 5 - Caiçara	23
Figura 6 - Casa veraneio	24
Figura 7 - Construção de pousada	24
Figura 8 - Casa projeto	25
Figura 9 - Barracas de praia.....	29
Figura 10 - Resíduos descartados pelos turistas	29
Figura 11 - Área degradada pela atividade da carcinicultura.	31
Figura 12 - Passeios canoa	35
Figura 13 - Pesca artesanal de marisco	35
Figura 14 - Cozimento do marisco	36
Figura 15 – Pesca artesanal de sardinha.....	36
Figura 16 - Pesca artesanal do siri.....	37
Figura 17 - Processo ativo de erosão	38
Figura 18 - Processos avançado de erosão	38
Figura 19 - Área desmatada.....	39
Figura 20 - Estrada de acesso	41
Figura 21 - Coletor de resíduos.....	41
Figura 22 - Instalação do Chafariz	42
Figura 23 - Polo de Saúde.....	43
Figura 24 - Posto arteseano	44
Figura 25 - Perfuração de poço.....	44
Figura 26 - Barraca em área de preservação	45
Figura 27 - Placa de sinalização.....	46

LISTA DE SIGLAS

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MMA – Ministério da Marinha

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PMM – Prefeitura Municipal de Marcação

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SINAFLOR – Sistema Nacional de Controle de Origem dos Produtos Florestais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	CARACTERIZAÇÃO DA ALDEIA COQUEIRINHO/MARCAÇÃO	13
1.2	ALDEIA COQUEIRINHO: território, espaço e marcos legal dos povos indígenas	17
1.2.1	Território e Espaço na aldeia Coqueirinho	17
2	EFEITOS CAUSADORES DA DEGRADAÇÃO DO ECOSISTEMA NA ALDEIA COQUEIRINHO	27
2.1	O TURISMO COMO FATOR DE DEGRADAÇÃO DO ESPAÇO	28
2.2	A CARCINICULTURA COMO FATOR DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	30
3	PRINCIPAIS FATORES QUE INFLUENCIAM DIRETAMENTE NA ECONOMIA DA ALDEIA COQUEIRINHO	34
3.1	OS EFEITOS DA DEGRADAÇÃO	37
3.2	O PODER PÚBLICO E O DESENVOLVIMENTO DA ALDEIA COQUEIRINHO	39
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICE - Roteiro de entrevista	50

1 INTRODUÇÃO

A ocupação de áreas nativas pelas atividades que impactam os povos e comunidades tradicionais vem se tomando ao longo dos tempos algo muito preocupante, em virtude do crescimento da especulação imobiliária e do turismo, cresce o aumento desenfreado da degradação do espaço geográfico para fins econômicos e esses efeitos acabam transformando os costumes e a cultura do lugar. Na busca de grandes investimentos nas áreas mais cobiçadas devido a beleza e singularidades desses ecossistemas, as faixas litorâneas, atraem empresários do ramo imobiliário que passam a fazer grandes investimentos no intuito de obter lucros de maneira rápida.

Desde o início do século XX, as áreas litorâneas passaram a ter valorização comercial, quando o interesse pelo turismo passou a ter força e com isso, a procura por lugares de belezas paisagísticas passaram a atrair investidores e incentivar a expansão imobiliária. Com a valorização do espaço, muitos empreendedores investem na venda de sonhos, “uma falsa ilusão de que o lugar é mágico”, mas que tudo gira como uma moeda de troca, o lazer passou a ser uma atividade onde o indivíduo tem que pagar para usufruir de um momento de paz, descanso e conforto, que está estipulado o valor e cronometrado o tempo. Os danos que levaram a degradação causada pelo uso e ocupação do solo provocado especialmente pelas transformações sócias espaciais advindas de atividades como a carcinicultura e turística na Aldeia Coqueirinho, pertencente ao município de Marcação. O período analisado compreende os últimos dez anos de, 2007 a 2017, momento de intensificação das atividades pesquisadas.

Como objetivos específicos buscaram:

Observar os principais efeitos causadores da degradação do ecossistema, citando suas causas e impactos ambientais como: O manejo inadequado da atividade da carcinicultura, o traslado dos veículos em cima das dunas e praia, o desmatamento para construção de casa de veraneio, a retiradas da vegetação para a construção de barracas nas dunas, e os resíduos descartados pelos turistas.

Identificar os principais fatores que influenciam diretamente nos impactos ambientais, gerados pelas atividades econômica e turística, bem como entender o que levou ao crescimento populacional da comunidade Coqueirinho a partir das múltiplas atividades econômicas desenvolvidas na região;

Identificar os impactos decorrentes do uso e ocupação do solo, tendo como uns dos principais fatores o desmatamento dos manguezais para a carcinicultura e o turismo na comunidade que com o crescimento, torna-se evidente a degradação.

O avanço da atividade turística foi responsável pelo aumento do crescimento desordenado da comunidade, com isso o lugar passou a ser mais explorado pelos turistas em buscar de sua beleza e pelo contato direto do turista com a cultura, e a história da população e região. Com esse crescimento muito dos nativos optaram pela migração para outras cidades e outros estados à procura de melhores condições financeiras, dessa forma, os não índios viram a oportunidade de investimentos na localidade.

A partir daí surgiu a exploração do turismo e a construção de casas de veraneio, com crescimento desordenado, desrespeitando as leis ambientais. Serviram de atração aos não índios a beleza desta região praiana e a oportunidade da exploração econômica do local.

Os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho foram: revisão bibliográfica em artigos, monografias e teses pesquisadas em portais especializados na internet. Realizou-se idas a campo para realizar o estudo da área, obter informações e registrar em fotografias os principais pontos a serem discutidos no trabalho. Foram realizados roteiros semiestruturados, sendo entrevistadas 11 pessoas com idades entre 55 a 71 anos, a escolha do grupo a ser entrevistado me forneceu subsídios devido a longa trajetória de vida que tiveram os entrevistados (as) na aldeia, pois no contexto histórico, pude resgatar através da oralidade as informações necessárias para o trabalho, consequentemente essas informações poderão serem utilizadas para futuros trabalhos acadêmico, assim como a revisão documental do artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que trata sobre o território tradicional dos indígenas e a convenção 169 da OIT, (Organização Internacional do Trabalho). Foram realizadas coletas de dados nos órgãos municipais (Prefeitura de Marcação) e federais, SESAI, (Secretaria Especial de Saúde Indígena).

O trabalho em si buscou nas memórias vívidas da comunidade relatos através de entrevista com os idosos, juntando e analisando diferentes fontes de informações através de arquivo cedido por profissionais da área da saúde da comunidade e os relatos orais e fontes iconográficas para representar os principais fatores que vem ocasionando a degradação ambiental da Aldeia Coqueirinho. A chamada história oral é “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações” (DELGADO, 2006, p.15).

É estratégia metodológica que dá base à produção de fontes oriundas de depoimentos. Norteadas por este conceito, a ideia é tratar reuniões formais ou informais, como alternativa à entrevista de história oral, a serem tratadas como fonte de trabalho para o historiador. A coleta de discursos, com identificação de origem e sem compromisso formal de doação, incluídos no

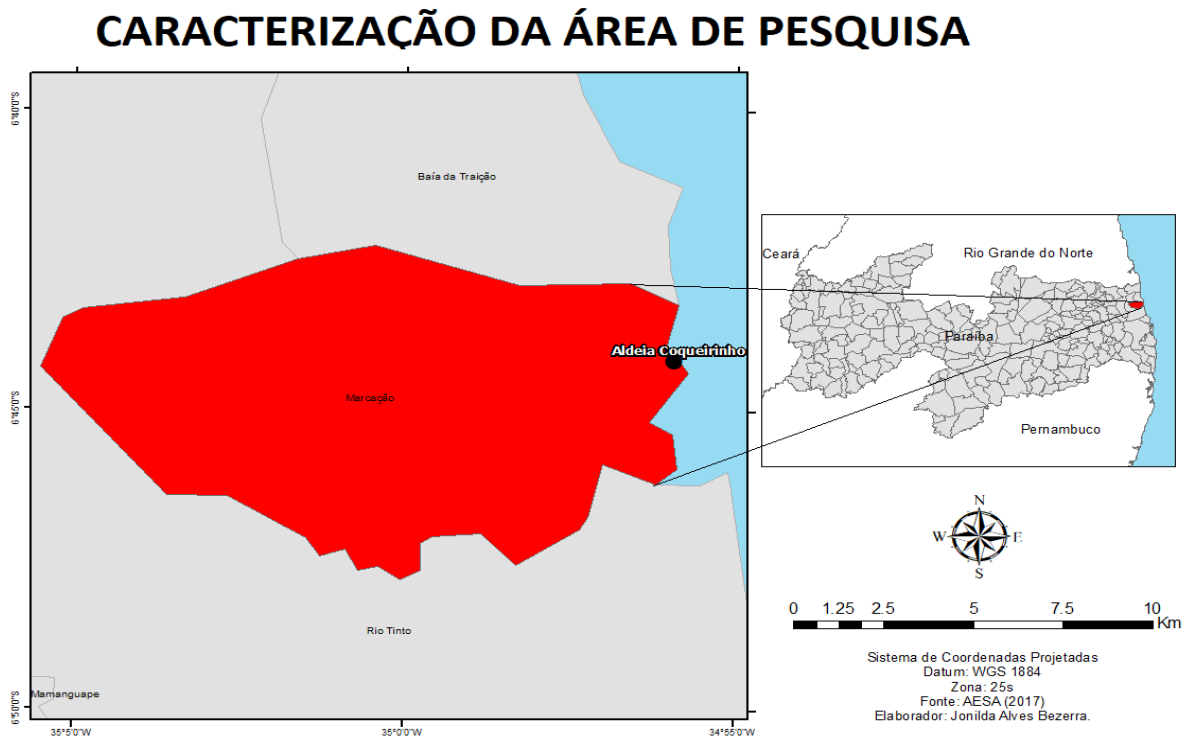
texto escrito produzido pelo historiador, faz parte do debate proposto. (ALMEIDA, 2007, p.1).

A história oral, por intermédio de entrevistas, tem por base as memórias individuais e é principalmente neste aspecto que se baseiam os pesquisadores para distingui-la das diversas estratégias de pesquisa social que se utiliza de fontes orais. Como técnica que produz fontes, a história oral carrega alguns problemas relativos à coleta de depoimentos que podem torná-los discutíveis, em termos de sua confiabilidade como fonte de pesquisa. (ALMEIDA, 2007, p1).

Foi seguindo essas orientações metodológicas entre outras que fundamentam o trabalho de campo que concretizamos a pesquisa. A realização do estudo tem a finalidade de contribuir para os futuros pesquisadores e profissionais acadêmicos uma base teórica como ferramenta de pesquisa, o aprimoramento dos conhecimentos, as informações adquiridas foram de grande importância na construção do trabalho, embora foram encontradas diversas dificuldades no contexto teórico e específico para maior aprofundamento na pesquisa, a experiência adquirida em campo foi de extrema importância na investigação na oralidade, foi possível levantar informações fundamentais para o enriquecimento do trabalho, embora existam lacunas é preciso mais estudos aprofundados, pois existe um leque de informações a ser explorado na área da geografia.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ALDEIA COQUEIRINHO/MARCAÇÃO

Figura 1 - Caracterização da área de pesquisa



Fonte: Jonilda Alves

A Aldeia Coqueirinho está localizada no Município de Marcação/PB, situada à 66 km da capital João Pessoa, na Microrregião do Litoral Norte da Paraíba, é intermediária entre as cidades e vilas de Baía da Traição, Rio Tinto e Vila Regina, pertencente ao Vale do Mamanguape, onde estão incluídas as demais cidades Mataraca, Rio Tinto e Mamanguape, que são territorializadas pela etnia Potiguar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016 a população da cidade de Marcação era de aproximadamente 8.475 habitantes, com área de 122,897km², a mesma foi elevada à categoria de município pela Lei Estadual nº 5.913, de 29 de maio de 1994 (IBGE, 2016). De acordo com o levantamento de dados fornecido pelo Polo de Saúde Indígena da Aldeia Coqueirinho, atualmente tem 88 pessoas que residem e são devidamente cadastrados, sendo 32 casas de nativos e aproximadamente 300 casas de veraneio, as mesmas tinham poços artesianos e energia a gerador. A comunidade em estudo faz parte do município de Marcação, a mesma possui pontos históricos dentre os quais destacam-se a Igreja católica de estilo neoclássica construída na metade do século XIX, segundo moradores a construção da igreja foi erguida

em uma mistura de óleo de baleia e cascalhos de canchas e rocha. A santa padroeira é Nossa Senhora dos Navegantes, a protetores dos pescadores, no dia 14 do mês de Dezembro acontece a festividade em homenagem a Santa, a comunidade recebe visitantes de várias cidades como: Marcação Baía da Traição, Rio Tinto, Mamanguape, Guarabira, Campina Grande, Mataraca inclusive de João Pessoa, pois muitos dos nativos migraram para outros estados à procura de melhores condições financeiras e a possibilidade de mais oportunidades. Assim como nas aldeias vizinhas, muitos participam do comércio local, colocando barracas de comidas e bebidas. O município contribui com as bandas musicais e a segurança com policiais militares, bombeiros e a marinha, como também disponibiliza banheiros químicos. A festividade segundo moradores tem como objetivo arrecadar fundos para manutenção da igreja, por está situada em um local arenoso e sempre aparecem rachaduras e a madeira tem que ser trocada sempre devido a maresia. Embora a festividade traga lucro para a comunidade, existem fatores que prejudicam o ecossistema local por falta de planejamento e estrutura adequada para atender todo o fluxo de pessoas. No dia 15 do mês de Dezembro, um dia após a festa em homenagem a santa, acontece a procissão, uma tradição de que fortalece a fé dos nativos e os demais que acompanham o cortejo marítimo, saindo da igreja Matriz Nossa Senhora da Penha localizada na cidade de Baía da Traição, essa trajetória é acompanhada pelos fiéis até a igreja Santa Ana, situada na comunidade Barra de Mamanguape município de Rio Tinto. A marinha e o corpo de bombeiro certificam-se de manter a segurança durante o trajeto da procissão

Figura 2 - Igreja Nossa Senhora dos Navegantes.



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de Campo em Setembro de 2018)

Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, construída na metade do século XIX, no estilo neoclássico, atualmente em reforma, está sendo substituído o telhado e aumentando as laterais, além dos consertos nas rachaduras.

Figura 3 - Cemitério Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de Campo em Setembro de 2018).

O cemitério Nossa Senhora dos Navegantes da comunidade faz parte da história dos nativos que sepultam seus entes queridos, mas infelizmente o local está em ruínas e a mercê dos vândalos que depredam os túmulos e usam como trilha de acesso a comunidade, o local não tem muro e não consta na prefeitura, no entanto tornando-se um cemitério clandestino.

O dia que antecede a procissão é realizado as festividades na comunidade para arrecadar fundos para manutenção da igreja. Segundos relatos dos moradores a igreja já passou por uma reforma quando teve que retirar uma torre situada em cima, que servia de orientação para os pescadores, com o tempo foi ocasionando rachaduras e comprometendo a estrutura da igreja, hoje a mesma se encontra em reforma e segundo informações dos moradores, os trabalhos só tiveram início por incentivo da comunidade, pois os próprios moradores custearam com recursos próprios a reforma do telhado e algumas rachaduras da igreja. Percebe-se nesse sentido que a fé está presente como um sentimento de proteção e cura, os que mais necessitam buscam na religião a proteção na hora da necessidade, fortalecendo os laços entre os nativos e a Santa protetora dos pescadores na esperança de dias melhores e o retorno em segurança quando vão pescar o alimento da sua subsistência.

Segundo entrevistado, “eu tenho fé em Deus e em Nossa Senhora dos Navegantes que eu vou curar das minhas vistas, que eu nunca mais vou usar remédios de nada na minha vida,

avista não dói nada”. (Entrevista concedida em agosto de 2018)¹. A comunidade possui um cemitério, também denominado de Nossa Senhora dos Navegantes, construído na mesma época do surgimento da aldeia, sendo este o local onde ocorre o sepultamento dos moradores do local e das aldeias vizinhas, Camurupim, Val, Caieira e Tramataia, alguns cortejos fúnebres tinham que atravessar o Rio Sinimbu de canoa. Hoje o cemitério se encontra em um estado degradante e abandonado pelo município, pois não existe muro, nem consta registro de existência e legitimidade do cemitério pela prefeitura, tornando-se assim clandestino. Relatos dos nativos que muitos dos seus familiares foram sepultados no local e alegam ainda a lembrança de seus entes queridos. Portanto lamentam que este espaço sagrado não receba o devido respeito, havendo um descaso por parte do poder público local que cria uma situação deprimente para os residentes da comunidade. A estrutura física em que o cemitério se encontra demonstra o descaso pelo município, dele não consta documentação, não tem muro para manter o local protegido das ações dos vandalismos e não existe uma preocupação em fazer as manutenções necessárias. Registramos que, a despeito desses esforços terá sempre uma lacuna nos seus escritos históricos, pois muito se perdeu de sua memória antes teoricamente invisibilidade perante a história.

Segundo moradores, devido o crescimento desordenado da comunidade já não se tem mais sossego, pois fizeram do cemitério trilhas para quadriculos e motos, que transitam no local passando por cima dos túmulos, “Uma falta de respeito com nós moradores”. Segundo a Agente de saúde da Aldeia: “Procurei a prefeita para tomar uma iniciativa, pois no cemitério estão enterrados famílias, estou aguardando respostas”. (Entrevista concedida em 22 de Junho de 2018). A festa de Nossa Senhora dos Navegantes padroeira da comunidade Coqueirinho tem relente importância como atrativo cultural e socioeconômico que movimenta a comunidade local e as comunidades vizinhas, a festividade acontecem no mês de Dezembro e atrai milhares de visitantes e devotos.

Para Santos (2004, p. 153) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. Durante minha vivência na comunidade, pude presenciar momentos de construção de conhecimento vividos e compartilhados pelos anciãos e todos que ali moravam, foram eles que repassaram os ensinamentos e sempre incentivando à busca do entendimento dentro da cultura, como: reconhecer a importância das ervas, raízes e cascas e

¹ Não será publicado o nome dos entrevistados para preservá-los, tendo em vista que muitos fizeram denúncias em seus relatos e que poderiam comprometer sua integridade física e moral.

suas finalidades, entender o tempo de cada alimento cultivado, assim como respeitar e acreditar na cura através das rezas, o entendimento dos altos e baixos das marés, infelizmente grande parte dessa geração pouco à pouco foi deixando para trás apenas um legado histórico que se encontra em grande parte silenciado perante a nova geração. No entanto é de grande relevância para minha contribuição educacional analisar as transformações ocorridas ao longo dos anos, e ao mesmo tempo enriquecer minha trajetória como professora, ensinando e relatando como era em outrora a convivência entre gerações na comunidade.

Figura 4 - Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: Internet ²

https://www.google.com.br/search?q=Festa+nossa+senhora+dos+navegantes+coqueirinho+norte&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj3nOrkqrHeAhXBgZAKHdgPAP8Q_AUIECgD&biw=1600&bih=842#img=c=yn5jlCo0YV_jgM:

1.2 ALDEIA COQUEIRINHO: território, espaço e marcos legal dos povos indígenas

Nesta seção, abordam-se as questões de território, espaço e marcos legal dos povos indígenas.

1.2.1 Território e Espaço na aldeia Coqueirinho

O uso inadequado de boa parte da reserva natural tem acarretado danos severos ao meio ambiente. Com isso torna-se frágil a cultura e a identidade passou a ser ameaçada ao longo dos anos. Para conseguir suporte busquei pesquisar em textos e artigos fontes que pudessem trazer informações seguras para legitimar o trabalho.

As três terras indígenas formam, portanto, um conjunto articulado cuja ocupação indígena se distribui ao longo dos rios Camaratuba, Mamanguape, Sinimbu, Jacaré, Grupiúna, Silva e Vermelho. Desse modo, as terras tradicionalmente ocupadas pelos Potiguara estão referenciadas à essa rede hidrográfica e aos aldeamentos missionários de Monte-Mór e São Miguel.

A demarcação das três terras deu-se de modo sucessivo e contíguo. A primeira área a ser demarcada foi a TI Potiguara, em 1983. A segunda a TI Jacaré de São Domingos, em 1988 e a terceira a TI Potiguara de Monte-Mór, em 2004. Estas demarcações sucessivas ocorreram porque a primeira demarcação, a da TI Potiguara, sofreu injunções políticas diversas que provocaram a redução da área demarcada, no ano de 1984, e excluíram várias aldeias, especialmente aquelas relacionadas à antiga Sesmaria de Monte-Mór (Azevedo, 1986; Peres, 2004; Palitot, 2005; Vieira, 2010).

Segundo relatos do entrevistado quando o pessoal começaram a fazer casas aqui os não índios eles foram alertados não só por mim como também por outras pessoas, “você sabe que essas pessoas ricas gostam de ter casas nas praias isso e aquilo, eles fizeram, como se diz, fizeram um tipo de jogada que ofereciam geladeira, ofereciam materiais domésticos pra casas das pessoas, índios lá de camurupim, o cara vinha aqui pegava um pedaço de terra e mandava o cara construir, o mais foi tudo em troca, dinheiro foi bem pouco” mais essas pessoas foram alertadas, olhe, essa é terra da união patrimônio indígena, vocês certo tempo vão perder, porque nós não damos esse direito, daí a gente entrou em contato com o nosso procurador e depois de certo tempo começou-se a agir os problemas, lá vem, lá vai, a Funai entrou junto com a procuradoria “butou” na justiça e não demorou muito tempo não, se conseguiu “tomar” a Funai pagou essas casas, indenizou, “aqui não tem nada de retomada, se fosse retomada é o seguinte, tinham expulsados eles de uma vez, sem ter direito a nada” mais aqui não tem nada de retomada não, o linguajar do pessoal é outra coisa, mais isso aqui foi a justiça que deu pleno direito e deu certa quantia para cada uma casa dessa, para cada proprietário desse, não foi invasão, mais o pessoal dizem que nós invadimos, foi direito da justiça, aqui tinham pessoas inteligentes, sábias e sabiam foi por isso que eles nem fizeram questão, certo que eles colocaram advogados isso e aquilo, mais eles viram que o problema era inútil brigar por que eles não tinham direito. (entrevista cedida em 06 de Setembro de 2018).

A reprodução das famílias indígenas se dá prioritariamente nesses espaços, que são entendidos como de sua precedência na ocupação e uso, podendo abrigar indivíduos e famílias não-indígenas que devem reconhecer o caráter autóctone da ocupação Potiguara. Por fim, nas últimas décadas, esse território também observou a concentração urbana nos espaços

de Baía da Traição, Marcação e Vila Monte-Mór, locais onde os indígenas são uma parcela majoritária ou significativa da população (VIEIRA, 2001, 2010; PALITOT, 2005). A partir dos elementos da legislação brasileira e fazendo uma relação com o objeto de estudo, percebi o quanto o território Potiguara da Aldeia Coqueirinho está sendo alterado devido à falta de interesse dos que estão a par das leis que protegem as áreas de APPs.

A área de APP deve ser considerada um território com usos definidos, tendo em vista as suas fragilidades e importância ambiental. Raffestin (1993) e Lefebvre (2001) mostra muito bem como ocorrem as mudanças do “espaço ao território: "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.". O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a. prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p.50)

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p. 17).

Os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de domicílio aos lugares de lazer, de comunicação, mas o importante é que essas mediações espaciais são ordenadas segundo as propriedades do tempo vivido. Um mesmo trajeto convoca o privado e o público, o individual e o coletivo, o necessário e o gratuito. (CARLOS, 2007, p.18). E atualmente com o crescimento do turismo local, houve uma grande demanda de vendas de terrenos para pessoas não nativas, fazendo com que a aldeia se tornasse um lugar de visitação pelos proprietários entre outros. Conforme a comunidade vai crescendo surgem diversas maneiras de entretenimento e lazer oferecidos pelos bares e restaurantes. Um dos principais atrativos são os passeios de barcos para conhecer os arrecifes, passeio pelo estuário do Rio Sinimbu e a visita à reserva do peixe-boi na Barra de Mamanguape.

Diante desse crescimento a comunidade se tornou um ponto turístico bastante frequentado por pessoas que vêm em busca de tranquilidade e desfrutar das iguarias oferecidas no lugar. A noção de produção a que nos referimos transcende a ideia da produção

de objetos e coisas materiais para se estender à (re) produção das relações sociais e sua materialização enquanto relações temporais e espaciais.

Nesse sentido, para Carlos (2007), o processo de produção e reprodução da realidade sócio-espacial também se estende à produção da subjetividade do homem, a partir da construção do mundo objetivo, pois à medida que o homem e a sociedade produzem suas condições de existência, sendo o espaço uma condição essencial, tendem a formar uma consciência acerca do processo em curso, reproduzindo suas representações e significados.

A apropriação do tempo e do espaço pelo sujeito é essencial para que desempenhe qualquer atividade produtiva, pois como nos lembra Carlos, (2012), nenhuma ação é a-temporal ou a-espacial. Por conseguinte, o acesso ao espaço enquanto condição da realização da vida humana é mediada por modos de apropriação que definem por quem e de que forma estes espaços serão utilizados. Contudo, as formas de apropriação produzidas pela modernidade e pelo modo de produção vigente passaram a se fundamentar na propriedade privada e no processo de valorização em busca do lucro. (CARLOS, 2012, p. 574).

Para Padilha (1994), trata-se de um fenômeno social que consiste no movimento voluntário e temporal de indivíduos ou grupo de pessoas fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura e saúde, deslocam-se do local que residem a outro no qual não exerçam nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações e importância social, econômica e cultural. A ocupação urbana na zona costeira gera uma série de impactos que vão desde a intensificação dos serviços e infra-estrutura urbana, até a alteração das propriedades físicas e naturais do meio ambiente, tais como as mudanças climáticas, a degradação do meio ambiente com a ocupação de ecossistema costeiro (dunas, estuários, mangues etc).

Devido às transformações ocorridas na Aldeia Coqueirinho, o espaço degradado, poluído e desordenado aqueles que estão degradando consideram o ocorrido como progresso, mas para os nativos que estão no espaço desde a sua descoberta, essa transformação passou a ser um transtorno ter que suportar um ambiente sem um devido controle e planejamento para que ambas as partes possam dividir o espaço sem causar algum desconforto, pois a maioria dos nativos que residem na comunidade é de idade elevadas e necessitam de cuidados específicos.

Entendo que na visão de um marxista, o espaço e território como foi dito não são termos equivalentes, pela lógica o território é o espaço transformado pela ação capitalista do homem, gerando degradação do meio ambiente. Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a

qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.51).

Reunidas neste território, as famílias indígenas desenvolveram um modo de habitar próprio, baseado na ocupação das microbacias hidrográficas por redes de grupos domésticos aparentados. Essa ocupação constitui-se de uma complexa articulação entre áreas de moradias, áreas de produção agrícola, áreas de extrativismo, caça e pesca onde são desenvolvidas as atividades cotidianas. Comportam ainda setores de apropriação familiar em articulação com amplos setores de acesso livre e comum dos recursos naturais-mato, rio, mangue e maré (PERES, 2004; PALITOT, 2005; VIEIRA, 2010).

No final dos anos 1970, pressionados pela expansão da agroindústria canavieira sobre as suas terras de ocupação tradicional e observando a atuação da FUNAI em garantir os seus direitos sobre esse território, as famílias Potiguara perceberam que, caso não agissem logo, poderiam perder completamente o controle sobre os espaços necessários à sua vida coletiva. Contando com pouco apoio no início, os Potiguara deflagraram um movimento firme de recomposição do território. Portanto, ao mesmo tempo em que caminhou a reivindicação territorial dos Potiguara, também caminharam os processos de reorganização da vida comunitária e cultural, reconfigurando os modos de ser indígena até então existentes.

Para discutirmos territórios tradicionais é importante entender os direitos dos indígenas a partir dos marcos legal, um deles é a Constituição Federal de 1988, mais precisamente no artigo 231, quando essa estabelece que:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988, e na Lei Orgânica de saúde (nº 8.080/90), reza; (7) Artigo 21: XX- é competência de a União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte. Ainda em relação ao artigo 23 da Lei Orgânica de saúde, o mesmo estabelece que: IX – é da competência comum dos três níveis de governo; *promover programas de moradia e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento*².

O processo de demarcação da Terra Indígena Potiguara iniciou-se ainda em 22/04/1976, quando a Funai publicou um edital no Diário Oficial da União em que informa que fará a demarcação da área Potiguara e apresentou um memorial descritivo, sem mapa, definindo os limites e a extensão de 57.000ha¹. Em 1978, porém, emite duas certidões negativas a respeito de terrenos incidentes sobre o território indígena e de interesse de particulares. Um atendendo aos interesses da Usina Agicam, que estava sendo instalada de frente a cidade de Mataraca, às margens do Rio Camaratuba , e o outro para os proprietários do Sítio do Melo, localizado nas imediações da Baía da Traição, que tinham interesse na especulação imobiliária para a construção de casas de veraneio.

Em outubro de 1982, foram finalizados os trabalhos de demarcação, totalizando uma área de 34.320ha, coincidentes com definição de limites elaborada pelo indigenista Cícero Cavalcanti, da Funai, naquele mesmo ano. A autodemarcação, como ficou conhecida essa ação, foi liderado pelos indígenas da aldeia São Francisco, que convocavam seus parentes residentes em outras aldeias, para tomar parte nesse processo. A mobilização foi intensa nas localidades de Brejinho, Jacaré de César, Marcação, Lagoa Grande, Jacaré de São Domingos, Grupiúna, Duros e Silva do Belém, possibilitando o reencontro de familiares, atualizando informações e organizando os diferentes grupos locais em torno de um interesse comum (Azevedo, 1986, p. 227).

Os habitantes dessas aldeias foram envolvidos diretamente no processo de demarcação da Terra Indígena Potiguara entre 1978 e 1984, participando ativamente da autodemarcação realizada em 1981 (cf. Azevedo, 1986, p. 227-8). As aldeias de Jacaré de São Domingos e Lagoa Grande foram bastante ativas neste processo e sintomaticamente excluídas da demarcação realizada pelo Exército. No relatório, Menezes afirmou que a regularização dessas terras será uma tarefa relativamente fácil, pois os índios que aí habitavam exerciam posse efetiva desde a demarcação de Justa Araújo em 1866/67 sendo apenas necessário um

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm.

levantamento criterioso dos antigos limites, pois conhecemos suas dimensões, de acordo com a demarcação do século XIX (Menezes, 1984).

Para Raffestin (1993, p.7) É o que se poderia chamar de "essencial visível" das práticas espaciais, ainda que malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões. Mesmo que não sejam discerníveis, têm uma existência com a qual é preciso contar, pois intervêm nas estratégias. Mas, se nos limitarmos ao território concreto, esses atos vão se traduzir por "atos observáveis". Isso é percebido desde a Antigüidade até os dias atuais: "Os povos civilizados parecem ter aspirado à universalidade desde muito cedo, porém sempre dividiram cuidadosamente o espaço a fim de se distinguir de seus vizinhos". Ainda que essa observação seja restritiva, uma vez que não se trata somente de separar, mas de diferenciar. Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma "produção territorial que faz intervir tessitura, nó e rede". É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação.

Figura 5 - Caiçara



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em setembro de 2018)

Típica caiçara de pescadores, que retrata a resistência em manter a originalidade do cotidiano vivido em tempos outrora, os nativos que mantêm esse estilo de casa, usam para repouso e guardar os materiais para a atividade da pesca, pois vêm de outras comunidades vizinhas para pernoitar e aguardar a hora da maré para realização da pesca artesanal.

Importante destacar que, o proprietário manteve em volta toda a vegetação nativa, e fez replantio de coqueiro.

Figura 6 - Casa de veraneio



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Setembro de 2018)

Casa de veraneio construída recentemente, de acordo com as observações em campo e as informações obtidas com alguns dos entrevistados, é perceptível que o crescimento da comunidade, e isso acontecem para beneficiar um grupo com interesses financeiros próprios, não se importam com a qualidade de vida dos nativos que resistem no lugar e que fazem parte da história. Enquanto o crescimento desordenado se instala na comunidade, muitos fatores negativos são perceptíveis com a presença dos turistas como a geração de impactos ambientais.

Figura 7 - Construção de Pousada



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Outubro de 2018)

Construção de pousada a poucos metros da praia, em área de restinga. Segundo município no setor de tributos, não constam nenhum tipo de documentos desses empreendimentos construídos na comunidade, o que revela também que não existe uma fiscalização dos órgãos ambientais e do poder local

A concentração de hotéis, restaurantes e casas secundárias que interferem na paisagem, com sobreposição de edifícios com estilo arquitetônicos diferentes, que não seguem as formas habituais das áreas receptoras e as tradições urbano-arquitetônicas das zonas, (OMT, 1998, p.5); O exemplo de saneamento básico, visto que ocorre o despejo de esgoto no mar ou nos rios faz com que a qualidade da água se torne inadequada para o banho, podendo provocar inúmeras doenças; trilhas com triciclo, motos e carros traçados em áreas de cobertura vegetal nativa, que provocam a destruição da flora e fauna;

Para Ignarra (1999), outros impactos negativos relevantes são: a alteração do modo de vida local; a aculturação (este fenômeno pode afetar muitos lugares em que a cultura do turista é percebida pelos residentes como superior a cultura local; a alteração de culturais tradicionais).

Figura 8 - Casa de projeto



Fonte: Jonilda Alves (Trabalho de campo, setembro de 2018)

Casa construída através de projetos em parceria com a Prefeitura Municipal, com objetivo de atender o maior número de famílias que precisa de um lar, atualmente apenas 07 famílias foram beneficiadas. O projeto tem como melhoria para as famílias que antes moravam em casas de pau-a-pique, e não tinham saneamento básico como: banheiro de alvenaria encanção, energia e piso.

Segundo entrevistada, a estrada que dar acesso a comunidade foi feita em 2012, e que por muitos anos a comunidade viveu sem energia elétrica, só através de um projeto da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), Luz para todos foi que chegou energia.

2 EFEITOS CAUSADORES DA DEGRADAÇÃO DO ECOSISTEMA NA ALDEIA COQUEIRINHO

O que tem provocado a degradação da comunidade é a especulação imobiliária, essa passou a ser um dos agentes responsáveis pela transformação da paisagem, substituindo as marcas do patrimônio cultural indígena pelas residências de veraneio com estrutura de alvenaria, onde antes para se chegar era por um caminho estreito, hoje se encontra uma estrada construída por maquinários para facilitar o fluxo de transportes de todos os portes.

Toda essa infraestrutura foi criada com a finalidade de dar suporte ao turismo, visando o seu crescimento econômico. Como os recursos naturais são esgotáveis e a tentativa de sua recuperação é altamente onerosa e demorada é recomendável compatibilizar a ação turística com as possibilidades de utilização e as necessidades de preservação dos bens naturais e culturais, buscando um nível ótimo de ocupação em função do espaço disponível. Na busca de legitimação da história oral como parte da metodologia de pesquisa histórica tentava-se distinguir o caráter noticioso atribuído ao trabalho do jornalista pela natureza do depoimento coletado, para o historiador. Parte interessada na criação de fontes, o historiador se encarrega de uma produção que, mais do que informativa, pretende ser um canal para produção e circulação de conhecimento historiográfico. (ALMEIDA, 2007, p.3).

Com o passar dos anos devido a devastação ambiental que tenha se tornando cada vez mais incontrolável, muitos dos nativos optaram por migrar, saindo da sua comunidade para outros estados à procura de trabalho, pois a pesca artesanal era o principal meio de sobrevivência, outro fator relevante é a infertilidade do solo, por ser arenoso não favorece para a agricultura, dessa forma os que permaneceram procuram a subsistência associando a pesca artesanal e o comércio local como fonte de renda, atualmente com o crescimento desordenado da comunidade teve um aumento significativo na atividade da construção civil, infelizmente essa demanda voltada para o trabalho requer profissionais das comunidade vizinhas.

Os registros feitos sobre Coqueirinho nos permitem dialogar com Haesbaert (1994) para quem o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “funcional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidade.

2.1 O TURISMO COMO FATOR DE DEGRADAÇÃO DO ESPAÇO

A inserção dos nativos nas atividades turísticas teve início quando perceberam que era possível ter um ganho voltado para a locação de barracas próximas da praia, no entanto essas barracas não são padronizadas, e estão em áreas não apropriadas, onde não é oferecido saneamento básico como: tratamento de esgoto, coleta e seleção de resíduos para prevenção de possíveis doenças e qualquer tipo de agente patogênico.

O turismo na aldeia ocorreu a partir da construção da PB 041, a mesma pode ser situada levando em consideração o trajeto seguindo pela BR-101 nas seguintes cidades: Mamanguape, Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, que possibilitou o fluxo de turista para os finais de semanas, pois o acesso era difícil, só possibilitando a chegada pela praia com veículo de tração 4x4, bicicleta, motocicleta ou a pé. Com o aumento da demanda iniciou-se o desenvolvimento com o favorecimento de novas oportunidades para comerciantes, com o aumento do número de bares, restaurantes e pousadas, incentivando a especulação imobiliária com a construção de novas casas de veraneio e os terrenos que antes não passavam de uma simples moeda de troca passaram a ser negociados por valores de nossa moeda em espécie. Se de um lado houve a melhora socioeconômica, por outro gerou o problema socioambiental, como migração de nativos para outras comunidades e a poluição indiscriminada gerada pelo turismo.

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (IGNARRA, 1998, p.24).

No estudo em pauta queremos destacar os problemas ambientais resultantes de descartes indevidos dos resíduos sólidos. É importante ressaltar que, a utilização inadequada das garrafas Pet, entre outros resíduos são descartados pelos próprios nativos e turistas que na procura de lazer e descanso, esquecem a responsabilidade de contribuir com a limpeza do meio ambiente, deixando para trás todo lixo gerado. Portanto, todo resíduo se acumula nas margens dos manguezais influenciando negativamente no ecossistema. Esse pouco caso com os problemas ambientais pode ser melhor compreendido no contexto da reprodução do capital quando analisamos esse território do ponto de vista de sua localização.

Figura 9 - Barracas de praia



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Setembro de 2018)

Em relação a fotografia a partir de um análise podemos compreender que foram retiradas a vegetação nativa (salsa) fundamental no controle dos efeitos do vento e impedem a erosão e o deslocamentos das dunas. A estrutura construída próximas a vegetação atrai os turistas conduzidos por motos e carros, infelizmente o espaço não é suficiente para atender a grande demanda de veículos, e isso acarreta a passagem por cima das dunas causando degradação nas áreas recoberta pela vegetação.

Figura 10 - Resíduos descartados pelos turistas



Fonte:

Jonilda Alves. (Trabalho de Campo em Setembro de 2018)

Em relação à fotografia podemos afirmar que o entulho de lixo descartado pelos turistas, em geral o perfil desses turistas são aqueles que vêm em lotação e trazem seus próprios alimentos e bebidas, utilizando a beira mar, ao final da tarde vão embora e descartam os resíduos sem preocupação de recolher e levar para um coletor mais próximo.

2.2 A CARCINICULTURA COMO FATOR DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

No Brasil, a atividade de carcinicultura teve início no Rio Grande do Norte no ano de 1973, quando o Governo Estadual criou o “Projeto Camarão”, tendo como alvo das pesquisas iniciais a espécie nativa *Penaeus brasiliensis* (= *Farfantepenaeus brasiliensis*) (FRANCISCO, 2003).

No setor aquícola o cultivo de camarão é uma das atividades econômicas que mais crescem em vários países do mundo. No Brasil, a associação do clima favorável e o domínio das novas tecnologias de produção, colocam o País como um dos principais produtores de camarão das Américas (FREITAS, 2008).

O principal ponto negativo na atividade de carcinicultura está nas áreas de construção dos viveiros, pois para facilitar o processo utilizam o nível das marés ou bombas para ajudar no escoamento. Infelizmente os impactos ocorridos nos manguezais são irreparáveis, pois para construção dos viveiros é preciso desmatar a vegetação e dragar as áreas de mangue, assim colocando todo um ecossistema em desequilíbrio com a redução de muitas espécies que precisam do ambiente para sua sobrevivência.

O desenvolvimento dessa atividade instiga a especulação sobre os aspectos ambientais inerentes às etapas de produção e, conseqüentemente, aos impactos provocados nos ecossistemas naturais. Com relação à poluição hídrica na área de atividade da carcinicultura, o Código de Boas Práticas na Criação de Camarão da Aliança Global de Aquicultura (GAA, 2003) chama a atenção para dois aspectos: (1) os requisitos de qualidade da água para o cultivo e (2) os possíveis efeitos das trocas de água e da drenagem durante a despesca sobre os corpos hídricos receptores. Muitas vezes a água de cultivo é captada à jusante de grandes cidades, de áreas agrícolas e ou industriais, podendo vir contaminada com esgotos, pesticidas e outras substâncias químicas que podem causar problemas no processo de cultivo (FIGUEIREDO, 2004)

O cultivo da carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) é uma atividade que vem atraindo vários investidores nas comunidades que têm acesso direto ao manguezal, assim possibilitando o manejo através do nível do mar a comunidade. Coqueirinho desde os anos 1970, passou a ser um importante alternativa no ramo econômico e no desenvolvimento socioeconômico da aldeia. Contudo quem está a frente desse tipo de empreendimento não leva a sério o quanto essa atividade pode gerar impactos ambientais em uma área de vegetação nativa e para as comunidades próximas.

Figura 11 - Área degradada pela atividade da carcinicultura



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de Campo em Setembro de 2018)

O MMA (2005) relata diversos danos ambientais associados à carcinicultura, dos quais podemos destacar: desmatamento de manguezais, restingas e matas ciliares; extinção de setores de apicum (planície hipersalina); bloqueio do fluxo das marés; contaminação da água por efluentes; salinização do aquífero; impermeabilização do solo; disseminação de camarão exótico para ambientes fluviais e flúvio-marinhos; redução e extinção de habitats e de áreas de mariscagem, pesca e captura de caranguejos; ameaça à biodiversidade; disseminação de doenças; além de conflitos sociais, com expulsão de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho e restrição de acesso ao estuário e ao manguezal. Portanto, nesses empreendimentos não são levados em consideração os passivos ambientais que ocasionam nas regiões circunvizinhas (FIGUEIREDO, 2005).

A resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 312, de 10 outubro de 2002 dispõe sobre o licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na Zona Costeira. Considera-se à norma jurídica constitucional contida de forma implícita no disposto do art.225,4º combinado com a norma infraconstitucional, Lei nº 7.661/88 que disciplinou o gerenciamento costeiro para alcançar a previsão de proteção dos mangues, reforçando com o código florestal que considera o ecossistema de manguezal como áreas de preservação permanente, APPs.

No Brasil, o CONAMA 312/02 determina que os projetos de carcinicultura, a critério do órgão licenciador, deverão observar, dentre outras medidas de tratamento e controle dos efluentes, a utilização das bacias de sedimentação como etapas intermediárias entre a circulação ou o deságüe das águas servidas ou, quando necessário, a utilização da água em regime de recirculação.

Para que a atividade de carcinicultura venha a se tornar sustentável é preciso que se invista em uma gestão com respeito ao meio ambiente, que possa agir conforme as leis ambientais, elaborando projetos viáveis ao empreendimento. Deve-se criar métodos tecnológicos e de manejo sustentável para reduzir os impactos decorrente da atividade, tornando-a uma exploração economicamente viável e ambientalmente correta, mantendo-se os padrões da legislação ambiental. Segundo a CONAMA (1981), se faz necessário estabelecer alguns critérios levando em consideração a necessidade de se estabelecer normas para se fazer cumprir o exercício da competência para o licenciamento a que se refere o artigo 10 da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981;

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental:

Art. 5º Compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;

II - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais municípios.

Art. 8º O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

- I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

Parágrafo único. As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

3 PRINCIPAIS FATORES QUE INFLUENCIAM DIRETAMENTE NA ECONOMIA DA ALDEIA COQUEIRINHO

As principais atividades econômicas da comunidade estão na pesca artesanal que serve como base alimentar e no verão quando o fluxo de turistas é mais intenso, infelizmente de alguns anos para cá essa atividade vem perdendo lugar para outras atividades como o comércio temporário, esse movimento funciona nos finais de semanas com a chegada dos turistas, a carcinicultura é outra atividade que vem ganhando espaço, tanto na comercialização para as cidades vizinhas como para outros estados, atualmente a atividade na área da construção civil vem aumentando com o crescimento da comunidade, um fator negativo é que, infelizmente a pesca artesanal vem aos poucos diminuindo, pois não respeitam o tempo de defeso de cada espécie do pescado, e muitos não levam a sério as recomendações do Ibama.

Segundo o IBAMA, 2017, o período de defeso ocorre para garantir a continuidade das espécies e manter as atividades pesqueiras, os períodos de cada espécie variam de acordo com cada mês: (caranguejo-uçá, que seu defeso é de janeiro a março, ostra que vai de Dezembro a Fevereiro, sardinha de Novembro a Fevereiro, Tainha de Janeiro a Setembro), mas infelizmente não são respeitadas as leis do defeso.

São realizadas as seguintes atividades em Coqueirinho:

- Passeio de barco para conhecer as barreiras de corais, fazer um tour sobre o Rio Sinimbu e visita ao projeto Peixe-boi na comunidade Barra de Mamanguape município de Rio Tinto;
- A pesca artesanal de (peixe, marisco, caranguejo, aratu, ostra e o camarão cultivado em tanques);
- Restaurantes, bares, pousadas e loja de conveniência;
- Atividade na área de construção civil (pedreiro e servente).

Figura 12 - Passeios de canoa



Fonte: Jonilda Alves (Trabalho de campo em janeiro de 2018).

Passeio de canoa pelo estuário oferecido ao turista para conhecer o projeto peixe-boi na Barra de Mamanguape, visita ao arrecife e conhecer as comunidades próximas como: Camurupim, Tramataia e Barra de Mamanguape.

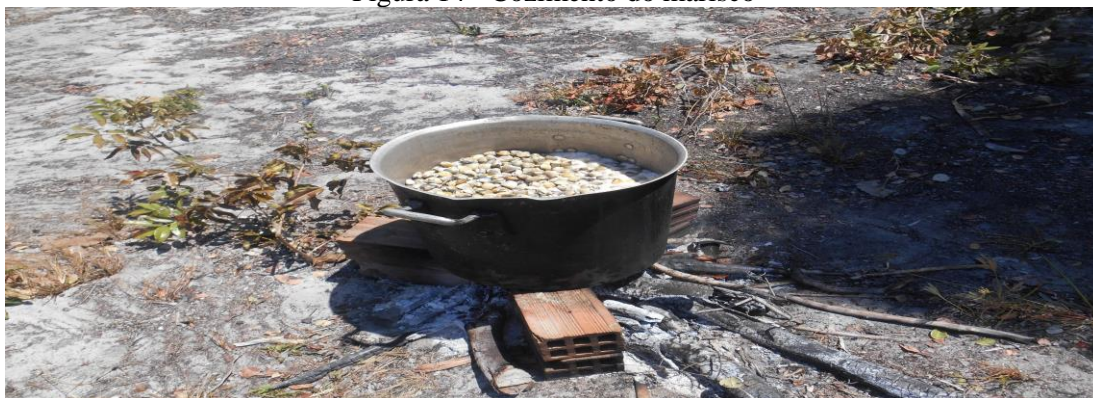
Figura 13 - Pesca artesanal de Marisco



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Setembro de 2018).

Umas das principais atividades econômicas da comunidade é a coleta e venda de mariscos, essa atividade intensifica é mais comumente realizada pelo sexo feminino, pois muitas mulheres vêm das outras aldeias para realizar a pesca como seu principal meio econômico.

Figura 14 - Cozimento do marisco



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Setembro de 2018)

Cozimento e retirada do marisco para venda e consumo próprio, esse é um dos momentos em que a família se reúne na realização da atividade.

Figura 15 - Pesca artesanal de sardinha



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Janeiro de 2018)

Pesca artesanal da sardinha, uma das atividades que garante a renda na comunidade, o pescado geralmente é para vender e consumo próprio.

Figura 16 - Pesca artesanal do Siri



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Setembro de 2018).

O siri um dos crustáceos muito saboreado na culinária local, sua pesca artesanal garante a renda de muitos dos moradores que vendem para os bares e restaurantes.

3.1 OS EFEITOS DA DEGRADAÇÃO

A perda gradativamente da cobertura vegetal é responsável pela degradação do solo, causando problemas de erosão. As produtividades do solo causadas pelo manejo inadequado das culturas podem exaurir o solo, chegando a provocar o risco de desertificação. A degradação da área de restinga e do manguezal para a construção de viveiros de criação de camarão. Onde se vê a placa de área protegida, não se à respeito pelo ecossistema.

De acordo com o Decreto Federal 97.632/89, é definido como o aglomerado de “processos resultantes de danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como, a qualidade ou capacidade produtiva dos recursos ambientais”. (PORTAL EDUCAÇÃO).

Segundo Sinaflor (2014), qualquer atividade que envolva a supressão de vegetação nativa depende de **autorização**, seja qual for o tipo da vegetação (mata atlântica ou caatinga) e o estágio de desenvolvimento (inicial, médio, avançado ou clímax). Sendo assim, a Autorização para Supressão de Vegetação – ASV é o tipo de licença ambiental obrigatória para os casos onde há necessidade de suprimir vegetação nativa para uso alternativo do solo, para construção de empreendimentos, para exploração florestal, vinculadas ou não a um licenciamento ambiental, como também para supressão de árvores nativas isoladas.

Com a degradação do espaço a comunidade vem passando por transformações de desequilíbrio ao meio ambiente, tornando-se um processo de devastação decorrente da

retirada da vegetação nativa e cada vez mais escassa em decorrência do desmatamento e crescimento do número de casas de veraneio, bares e restaurantes que são construídos as margens da maré, assim como a construção de viveiros de camarão em área de proteção ambiental permanente, mais precisamente nos manguezais, ferindo a constituição federal e a legislação ambiental vigente.

Figura 17 - Processos ativo de erosão



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Setembro de 2018)

Contenção com sacos de conchas para minimizar a erosão, um dos fatores que levam a intensificar e a retirada da vegetação (salsa de praia-*Ipomea pes-caprae* e o *guagiru*), outra atividade é a circulação de carros e motos nas dunas e nas proximidades em processo ativo de erosão.

Figura 18 - Processos avançado de erosão



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de Campo em Setembro de 2018)

Processo ativo de erosão provocado pela retirada da vegetação nativa nas Margens do Rio Sinimbu, a presença dos turistas e o desmatamento para construção de casas vem alterando a dinâmica do rio e com isso provocando assoreamento.

Figura 19 - Áreas desmatada e demarcada



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de Campo em Setembro de 2018)

Uso e ocupação do solo em área de proteção ambiental. Área desmatada, queimadas e demarcadas a poucos metros das margens do Rio Sinimbu. A grande procura de terrenos vem causando o desmatamento e consequentemente erosão e assoreamento no rio.

Segundo entrevistados, muitos que foram beneficiados com os terrenos muitos já tem suas residências e não tem condições de construir no local, deixando assim o terreno apenas demarcados, infelizmente os que mais precisam não foram beneficiados pois essas liberação muitas das vezes são por trocas de favores e questões políticas.

3.2 O PODER PÚBLICO E O DESENVOLVIMENTO DA ALDEIA COQUEIRINHO

Outro fator importante para o crescimento da aldeia foi a construção da estrada estadual, PB-041, que passa pelas cidades: Mamanguape, Rio Tinto, Vila Regina, Marcação e Baía da Traição, antes o acesso para a comunidade era dificultoso, para chegar na comunidade era preciso de carro 4x4, pela praia, de canoa pela Aldeia vizinha Camurupim, e para chegar a pé vindo da Baía da Traição, o acesso era dificultoso, pois se tratava de um caminho muito estreito que não permitia o tráfego de carros.

O município favoreceu o desenvolvimento do turismo com a abertura da estrada em 2012, com o objetivo de melhorar o acesso aos turistas, os transportes dos ônibus escolares da

comunidade e suas adjacentes, como também para o escoamento da produção do cultivo de camarão da comunidade.

Foram realizadas duas visitas à Prefeitura Municipal de Marcação, na primeira fui recebida por duas profissionais que relataram que, infelizmente a prefeitura não tinha nenhum documento ou dados disponíveis da comunidade.

Segundo entrevistada, percebi que existem propostas para melhoria da comunidade, mas infelizmente quando se trata de área da União, o gestor não tem autonomia de autorizar ou realizar algum projeto, pois se trata de uma hierarquia, onde quem dá o “sim” para a liberação é o responsável pelas comunidades, pois o mesmo tem ligação direta com os órgãos federais. (Entrevista realizada em 15 de Outubro de 2018).

No ano de 2011 a gestão abriu uma estrada piçarrada, o que facilitou e aumentou ao acesso de turistas no local. Na realidade o objetivo da estrada era facilitar a vida dos nativos melhorando o acesso nos deslocamentos dos alunos para as escolas vizinhas, (Marcação, Baía da Traição, Caieira, Val, Camurupim e Tramataia), para buscar água na aldeia mais próxima (Akajutibiró) e no escoamento da produção da carcinicultura (criação de camarão em cativeiro).

Embora exista uma infraestrutura precária, esta foi criada pela demanda com a finalidade de dar suporte ao turismo, visando o crescimento econômico o poder público jamais demonstrou interesse em viabilizar o desenvolvimento e as condições ocorridas são desordenadas e desrespeitam as leis ambientais. Portanto, é relevante pontuar algumas ações que o município contribuiu em parceria com outros órgãos tem para comunidade:

- A aldeia tem pontos de coleta de lixo, o município faz a coleta uma vez por semana, (terças-feiras). Infelizmente não atende às necessidades da comunidade, nos períodos de alta temporada, pois falta ampliação do número de coletores para atender a demanda;
- Em período de festa o município faz a terraplanagem da estrada para facilitar o acesso;
- O município mantém parceria com a SESAI disponibilizando atendimentos médico e odontológico;
- A aldeia não possui escola, mas o município fornece ônibus para transportar os para as aldeias próximas: Marcação, Baía da Traição, Camurupim, Caieira e Val;
- Atualmente a Comunidade entregou 07 casas construídas pelo governo;
- A aldeia não possui água encanada, o município instalou um chafariz para minimizar o problema do abastecimento d'água na comunidade.

Figura 20 - Estrada de acesso



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Setembro de 2018)

Em 2011, o município abriu o principal acesso a comunidade viabilizando a melhoria dos nativos e visitantes, principalmente o escoamento do pescado produzido pela atividade da carcinicultura.

Figura 21 - Coletor de Resíduos



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Setembro de 2018)

Coletor de resíduos, em pontos estratégicos para atender a população da comunidade e os turistas, infelizmente a quantidade de lixo não corresponde aos dias de coletas, principalmente nos finais de semanas.

Segundo entrevistada, Temos um problema em reação a coleta de lixo, pois não podemos colocar no lixão, pois tem que haver a recuperação da área que já foi degradada até hoje, então, as prefeituras foram pressionadas, houve por parte do Ministério Público em parceria com os órgãos Estaduais e Federais (IBAMA, SUDEM), para que houvesse uma mobilização das prefeituras para que

eles assinassem um termo de não-persecução penal, que no período de um ano as prefeituras parassem de destinar o lixo para o lixão, a partir desse tempo, tivessem um período de 5 anos para recuperar a área, e que durante esse tempo solucionar a questão do lixo, portanto, desde o anos passado, no mês de Abril de 2017, que procuramos pessoalmente o Ministério Público, saber como seria o procedimentos para solucionar o problema, ele nos disse que seria feito (destinar área em cada Aldeia) para construção de célula de aterro e rejeito, faz um ano em Agosto que a Funai ficou de liberar essa área, e até agora não conseguimos, porque mesmo sendo a Aldeia sendo do município, “teoricamente” o município não tem autonomia na Aldeia, pois como se trata de território indígena a área é da União, cabe a Funai fazer a liberação dessa área. Entrevista cedida em 15 de Outubro de 2018.

Figura 22 - Instalação do Chafariz



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em outubro 2018).

Diante da necessidade da falta d'água potável, foi instalado um chafariz que receberá água vindo de um carro pipa para abastecer a comunidade. Lembrando que foi a própria comunidade que fez as instalações, um trabalho em equipe, cujos homens se dispunham a realizar o trabalho sem espera pelo município.

Figura 23 - Polo de Saúde



Fonte: Jonilda Alves (Trabalho de campo em Outubro de 2018).

Posto polo de saúde que funciona em parceria com município e SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), com atendimento duas vezes na semana, os principais pacientes são os idosos que precisam de maior atenção.

Segundo entrevistada a casa de apoio é distribuída os atendimentos, em conjunto com a SESAI (Secretaria de Saúde Indígena) e o município, temos um médico à cada quinze dias, e com relação a dentista o atendimento é feito pelo carro móvel uma vez por mês.

A entrevistada comentou que antes da retomada só existiam 06 casa com nativos devidamente cadastrados, e 64 casas de turistas, que não faziam parte do nosso controle aqui no Polo de Saúde, depois 32 casa de nativos, hoje de acordo com o levantamento das vacinas existem 88 pessoas que residem na aldeia, mas na verdade existem mais de 300 casas de pessoas de fora que veem só nos finais de semanas, e continua em crescimento, depois da abertura da estrada e novas ruas para comercialização de terrenos e loteamentos.

Figura 24 - Poço artesiano



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Setembro de 2018).

Os poços de abastecimentos de água de algumas casas já estavam estalados, pois pertenciam as residências dos antigos donos, antes da retomada. Infelizmente muitos dos nativos não têm o poço em suas residências, pois em grande parte da comunidade a água não é potável, dessa forma sendo obrigados a irem buscar água em outras aldeias nas próximas.

Figura 25 - Perfuração de poço



Fonte: Jonilda Alves. (Trabalho de campo em Setembro de 2018).

Devido às questões geomorfológicas e hidrográficas a água não é potável para o consumo em alguns pontos na comunidade, por isso os nativos se deslocam da comunidade mais próxima para buscar água potável. Por isso conforme já dissemos o poder público municipal disponibilizou um chafariz para receber água do carro pipa para abastecer a comunidade. A aldeia foi beneficiada com a melhoria na habitação, pois antes suas residências eram de taipa e pau-a-pique, e foram substituídas por casas padrão de alvenaria, rebocadas com material mais resistente e durável, com água encanada e fossa séptica, atualmente 07 famílias foram beneficiadas.

A grande procura por terrenos para construção de casas e a procura por atividades carcinicultura, levam o espaço a uma degradação acentuada, no entanto para os que estavam à frente das atividades econômicas, viam a lucratividade, mas para muitos nativos, optaram por sair da comunidade, para outras comunidades e/ou estados a procura de outro meio para viver.

O turismo foi a causa de toda degradação que ocorre em Coqueirinho, a prática do turismo faz-se pelo contato direto dos turistas com a cultura, a história e a população de uma região. Como os recursos naturais são esgotáveis e a tentativa de sua recuperação é altamente onerosa e demorada é preferível compatibilizar a ação turística com as possibilidades de utilização e as necessidades de preservação dos bens naturais e culturais, buscando um nível ótimo de ocupação em função do espaço disponível. Com isso se evita o aumento da degradação no meio, reduz-se a especulação imobiliária e promove-se a qualidade de vida da população, ou seja, o turismo sustentável supervisionado por autoridades ambientais.

Outro grande problema que vem ocasionando a degradação da comunidade é a especulação imobiliária, esse passou a ser um dos agentes responsáveis pela transformação da paisagem, substituindo o espaço natural pelas residências de veraneio com estrutura de alvenaria, onde antes para se chegar era por um caminho estreito, hoje se encontra uma estrada construída por maquinários para facilitar o fluxo de transportes e de produtos.

A vivência na comunidade e as leituras no campo da geografia surgiram várias inquietações em torno da exploração das belezas naturais, principalmente da praia da Aldeia Coqueirinho, tais riquezas despertaram a atenção dos empresários do ramo do turismo, degradando cada vez mais o território primitivo.

Figura 26 - Barraca em área de preservação



Fonte: Jonilda Alves (Trabalho de campo em Setembro de 2018).

Barraca em área de proteção ambiental, a atividade econômica nos finais de semana, tem levado os turistas a frequentar as barracas em áreas de vegetação nativa, dessa forma pisoteando a vegetação e transitando nas dunas.

Figura 27 - Placa de sinalização



Fonte: Joilda Alves (Trabalho de campo em Setembro de 2018).

A placa de sinalização proíbe o trânsito de veículos automotores na praia, sob a Lei nº 9.605/98, que prescreve a crime ambiental. Apesar dos informativos ser compartilhado nas redes sociais, infelizmente não está tendo resultados satisfatórios, pois os turistas passam pelas dunas e destroem os ninhos das tartarugas que sobem as dunas para fazer suas posturas. É preciso investir numa educação ambiental para educar os turistas que frequentam a comunidade em busca de lazer, mas para que isso aconteça é preciso intensificar a fiscalização e cumprimento da lei.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com minhas idas a campo percebi que a exploração turística na comunidade Coqueirinho município de Marcação, tem favorecido a degradação intensificando o desmatamento e a erosão em decorrência do uso inadequado do solo, além dos desrespeitos com o meio natural, esses fatores além dos descartes dos resíduos nas margens de área de restinga e do manguezal causam a poluição do ecossistema.

Infelizmente esses problemas acarretam danos incalculáveis ao meio ambiente, e por falta de punho firme dos órgãos públicos em comprimento das leis. Durante as entrevista os entrevistados me fizeram sentir acolhida, pois se tratava de assunto pertinente a eles e que eu como entrevistadora pude ouvi-los o que eles tinham a dizer sobre suas maiores mais necessidades sobre: a falta d'água encanada, pois tinham que andar quilômetros para buscar água e os poços não tinham água potável para beber, a falta de mais profissionais na comunidade para suprir as necessidade dos idosos, pois a Aldeia infelizmente não tem transportes para emergência caso algum idoso venha ter problema de saúde, outro fator importante que mencionaram é que a comunidade tem muitas residências, porém se sentem sozinhos e que não tem ninguém “vizinhos” que possam ajudá-los caso ocorra uma emergência.

O trabalho aqui representado tem como objetivo de identificar e analisar os fatores que levaram a degradação na Aldeia Coqueirinho município de Marcação, visando analisar os principais problemas ambientais, e destacando as dificuldades encontradas durante a pesquisa, por se tratar de uma comunidade tradicional foi difícil encontrar documentos relacionados a sua história, da mesma forma que, muitos dos nativos idosos que poderiam fornecer informações importantes, infelizmente muitos deles estavam mortos, outro fator que dificultou a pesquisa foi a falta de dados e informações pelos órgãos como: Prefeitura, Funai e Igreja, mas foi alcançado os objetivos graças as aulas de campo, entrevistas e a participação dos funcionários do polo da SESAI na comunidade, outro fator importante foi os registros fotográficos obtidos em campo.

Diante das análises e informações obtidas na pesquisa são evidentes que com crescimento desordenada da Aldeia Coqueirinho município de Marcação, não corresponde as necessidades básicas de infraestrutura como: água encanada, posto equipado para atendimento aos moradores inclusive aos mais idosos, mais organização e respeito e comprimento com as leis ambientais, viabilizar projetos para conscientizar os turista a não degradar o meio natural,

garantindo que as futuras gerações possam desfrutar de um espaço saudável e que o desenvolvimento possa trazer qualidade de vida tanto para os moradores que restem a transformação do espaço, quanto para os turistas que vem desfrutar das belezas naturais do lugar, mas para que as ações possam dar certo é preciso que haja uma parceria forte e harmoniosa entre os órgãos municipais e federais na criação de projetos para atender as questões que mais se destacam negativamente na aldeia.

REFERÊNCIAS

ALICE, PARENTE. **Impactos Ambientais na zona Costeira e a Qualidade de Vida das Comunidades.** _____. A condição espacial. São Paulo: Contexto: 2011.

ALMEIDA, **História Oral e Formalidades Metodológicas.** 2007.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em:
 21/06/2018.

CARDOSO, Thiago Mota. **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM,** 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: 2007

FERREIRA, **Mini Dicionário da Língua Portuguesa,** 1993.

FERREIRA, Sidney Geraldo. **Os impactos do turismo nas pequenas cidades:** um estudo em Itapeçerica – MG. UFLA: 2005.

<file:///C:/Users/JANE/Documents/TEXTOS%20TCC/POVO-INDÍGENA-POTIGUARA.pdf>
 Acessado em: 10/11/2018

<http://www.ima.al.gov.br/gestao-florestal/plano-de-recuperacao-de-areas-degradadas-prad/>
 Acessado em: 28/09/2018.

http://www.univale.br/cursos/tipos/posgraduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integra_da_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf Acessado em: 12/11/2018.

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/degradacao/25605> Acessado em: 28/09/2018

KAISER, **O geógrafo e a pesquisa de campo,** 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade,** 2001.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da aldeia Três Rios.** João Pessoa: 2009.

RODRIGUES, Rosa Alice et al. **IMPACTOS AMBIENTAIS NA ZONA COSTEIRA E A QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES.** II Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa IX, Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário II Congresso do Quaternário dos Países de Línguas Ibéricas.

SALLES, **Caminhos de Construção da Pesquisa em Ciências Humanas.** 1998.

SANTOS, **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 1991.

APÊNDICE - Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADO PESQUISA MONOGRÁFICA DE JONILDA ALVEZ BEZERRA

I. Informações Gerais

Nome do Entrevistado: _____
 Sexo: Feminino () Masculino ()
 Idade: _____
 Escolaridade: _____
 Estado Civil: _____
 Identificação Étnica: () Indígena () Pardo () Negro. Outro _____
 Residente em Coqueirinho? () Sim () Não
 Se a resposta for não, indicar local de
 Residência _____

II. Modo de Vida e Migração da Aldeia

O que motiva você residir na aldeia
 Coqueirinho? _____
 Sabe como surgiu a
 aldeia? _____
 Como era viver em Coqueirinho antes e agora? Houve mudanças?
 Quais? _____
 Estão satisfeitos em residir em Coqueirinho? () Sim () Não
 Se a resposta for não, indicar o motivo da
 insatisfação _____
 Quais são os lugares na aldeia que você considera importante para sua
 família? _____
 Por que são lugares
 importantes? _____ Um dos lugares
 apresentados como simbólico para a comunidade é o cemitério. Qual a importância do
 cemitério para sua família?
 Existe alguma ação do poder público para regularizar o referido
 espaço? _____
 Quais as famílias que são tradicionais na aldeia?
 (Sobrenomes) _____
 Têm parentes morando em outros lugares da Paraíba?
 Outros Estados? _____
 Grau de parentesco: _____
 Motivo de saída do
 parente: _____

III. Atividades Turísticas, Festas e Economia

Quando deu início a chegada dos turistas na comunidade? _____

Você avalia essa chegada como positiva ou negativa? _____

Por que? _____

Os turistas são de que lugar? _____

Por que você acredita que os turistas escolhem Coqueirinho como lugar a ser visitado? Quais os atrativos? _____

Eles interferem no meio ambiente? Sim () Não () De que maneira? _____

Os bares são de propriedade dos nativos de coqueirinho? De outras aldeias? Quais? _____

E as pousadas? _____

Qual (is) a (s) principal (is) atividade (s) festiva (s) da comunidade? _____

Qual a importância da procissão de Nossa Senhora dos Navegantes? Período de ocorrência? _____

IV. Carcinicultura e Economia

Os carcinicultores de coqueirinho são nativos da aldeia? () Sim () Não

Se não, qual (is) localidade (s)? _____

São Indígenas? _____

Eles causam impactos a natureza? () Sim () Não. De que maneira? _____

Eles geram emprego para as pessoas da comunidade? _____

V. Atividades Produtivas: Agricultura e Pesca

Quais as principais atividades econômicas da comunidade? _____

Realiza atividades de pesca? () Sim () Não. Quais os principais tipos de peixe e crustáceo encontrados na região? _____

Percebe alguma redução na quantidade de peixes ao longo do tempo? Sim () Não ()

Atribui esse fato a qual explicação? _____

Quais os principais pescados que não são mais encontrados ou tem reduzida quantidade no ecossistema? _____

Quais atividades econômicas realizam? () Pesca () Agricultura () Artesanato () Servidor Público () Outros _____

Dentre as destacadas, qual a principal: _____

Realiza atividade agrícola? () Sim () Não. O que planta? _____

Tem ajuda de algum parente? _____ quem? _____ grau de parentesco _____

O que faz com a produção agrícola e o pescado? _____ Consumo / venda

VI. Poder Público e Organização Política da Aldeia

Qual a atuação do poder público na comunidade? _____

A prefeitura tem alguma ação de combate a degradação ambiental na comunidade?

Existe presença de órgãos de fiscalização e de proteção ao território como IBAMA, FUNAI, SUDEMA? _____

Existe alguma atividade de conscientização ambiental realizada por alguma instituição governamental ou não governamental?

O que vocês fazem com o lixo produzido pela comunidade e pelos turistas?

Como ocorre a coleta de lixo na comunidade? _____

A aldeia tem associação () Sim () Não. _____

Tem quantos sócios? _____

Quem são os representantes? _____

Os problemas enfrentados pela comunidade são discutidos e resolvidos de que maneira?

Quando chegou energia elétrica na aldeia? _____

Existe problema com abastecimento de água? _____